



<http://10.5380/jpe.v20i1.101962>

ARTIGO

A interpelação ideológica pela Educação Financeira

The ideological interpellation carries out by financial education

La interpelación ideológica que lleva a cabo la educación financiera

Anderson de Carvalho Pereira ¹

Citação: PEREIRA, Anderson de Carvalho. A interpelação ideológica pela educação financeira. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 20, e101962. Julho de 2026.

Submetido em: 06 novembro de 2025

Aprovado em: 09 fevereiro de 2026

Resumo: A Estratégia Nacional de Educação Financeira no Brasil é uma política pública educacional em vigor desde 2010 e com ampla participação de entidades não governamentais. O objetivo deste artigo é mostrar parte do processo de articulação da rede de sentidos que sustenta o projeto político de uma educação financeira no Brasil. Esta rede de sentidos tem uma base econômica que subjaz sua veiculação em uma materialidade, coletada e sistematizada para formação de um *corpus* de análise composto por: cartilhas de organismos governamentais, legislação e entidades do terceiro setor autodenominadas liberais. Para a análise deste *corpus*, foi mobilizado o referencial teórico e metodológico dos estudos pecheutianos do discurso que subsidia a interpretação do jogo ideológico opaco, que interpela a educação financeira. A eficácia do efeito ideológico no imaginário vem do disfarce de questões contemporâneas como a precarização do trabalho e a degradação das condições de vida do trabalhador, apartadas das questões da sociedade do risco e do projeto de qualidade total na educação.

Palavras-chave: Estratégia Nacional de Educação Financeira; Educação financeira; Empreendedorismo; Políticas Públicas em Educação; Meritocracia.

Abstract: The National Financial Education Strategy in Brazil is a public educational policy that has been in effect since 2010, involving significant participation from non-governmental organizations. This article aims to demonstrate the process by which the web of meanings that underpins Brazil's financial education project has been established. The dissemination of these meanings is underpinned by an economic basis. The analysis of *corpus* which were collected and systematized comprises pamphlets from government

¹Doutor em Ciências (área: Psicologia). Docente na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Itapetinga/BA/Brasil. Orcid: 0000-0002-1485-0095. E-mail: anderson.pereira@uesb.edu.br

bodies, legislation, and self-proclaimed liberal third-sector entities. Based on Pecheux discourse studies, the results reveal an opaque ideological game surrounding financial education. This ideological effect is effective in shaping people's perceptions because it disguises contemporary issues such as precarious work and deteriorating living conditions for workers. It also separates these issues from those of the risk society and the total quality management approach to education.

Keywords: ENEF; Financial education; Entrepreneurship; Public Policies for Education in Brazil; meritocracy.

Resumen: La Estrategia Nacional de Educación Financiera en Brasil es una política educativa pública vigente desde 2010, en la que participan numerosas entidades no gubernamentales. El objetivo de este artículo es mostrar parte del proceso de articulación de la red de sentidos en la que se basa el proyecto político de la educación financiera en Brasil. Esta red de sentidos tiene una base económica que subyace a su difusión en un contexto material y que ha sido recopilada y sistematizada para formar un *corpus* de análisis compuesto por folletos de organismos gubernamentales, legislación y entidades del tercer sector que se autoproclaman liberales. Para analizar este *corpus*, se ha utilizado el marco teórico y metodológico de los estudios del discurso de Pêcheux, que demuestra cómo existe un juego ideológico opaco que interpela la educación financiera. La efectividad del efecto ideológico en el imaginario colectivo se debe a que los problemas contemporáneos, como la precariedad laboral y la degradación de las condiciones de vida de los trabajadores, se separan de los problemas de la sociedad del riesgo y del proyecto de calidad total en la educación.

Palabras clave: ENEF; Educación Financiera; Emprendimiento; Políticas Públicas en educación; meritocracia.

Introdução

Educar para saber controlar as finanças e ajudar a economia nacional. Educar para saber empreender e ter sucesso individual. Educação para autonomia e saúde financeira. Rondamos por vários nichos e encontramos estas fórmulas parafraseadas de um mote do capitalismo contemporâneo, cuja lógica é a de que o sucesso individual é alcançado pelo acúmulo financeiro para comprar coisas que propiciariam bem-estar, além de expressarem esforço e mérito individual. Um dos meios deste alcance é o prometido pela educação financeira.

Recentemente, tem se disseminado propostas de educação financeira fundadas na desvalorização do debate sobre questões de interesse público, tendo em vista a ratificação de uma crença coletiva na meritocracia individual. Muitas vezes, o próprio Estado corrobora este caminho, como no caso da “Estratégia Nacional de Educação Financeira” (doravante ENEF; cf. Fernandes, 2021), incluindo-se projetos do MEC de anos atrás (MEC, 2016), que incluem a disponibilidade de material para educação financeira (MEC, 2013); e mais recentemente, Portaria do MEC que institui o Programa “na ponta do lápis” (Brasil, 2025).

Diante deste quadro, nosso objetivo é mostrar parte do processo de articulação da rede de sentidos que sustenta o projeto político de uma Educação Financeira no Brasil. Esta rede de sentidos tem uma base material (substrato econômico) veiculada em

cartilhas de organismos governamentais, na legislação e por organizações do terceiro setor autodenominadas liberais.

A fundamentação teórica e metodológica utilizada é a da Análise do Discurso (doravante, AD) pecheutiana (Pêcheux, 1993; Orlandi, 1987, 1997, 2007; Courtine, 2014). Isto porque há um processo de significação em curso que se sustenta na manutenção da evidência ideológica da necessidade de uma Educação Financeira.

Aspectos Teóricos

Precarização do trabalho e sociedade do risco

Recentemente, o desmonte da relação outrora mais linear entre estudo, preparação profissional e emprego/trabalho afetou uma estabilidade financeira mínima para a sobrevivência (Antunes; Alves, 2004). Esse desmonte deve ser entendido pelos riscos da aliança entre desenvolvimento tecnológico, trabalho e renda no capitalismo contemporâneo, em um processo de “[...] bipartição do mercado de trabalho segundo normas padronizadas e despadronizadas de mobilização de mão de obra (do ponto de vista temporal, espacial e previdenciário)” (Beck, 2011, p. 210).

Este processo de ressignificação que vai de uma linearidade ainda idealizada para um mundo bipartido do trabalho encaminha o debate para a ilusão do sucesso individual. Parte desta ilusão é fomentada pelos sentidos de “formar para empreender”, “educar-se para empreender” alinhados a uma Educação Financeira. Trata-se de enunciados parafraseados do senso comum. Adiantamos que em AD, o analista (pesquisador) pode mobilizar em sua análise enunciados que circulam no cotidiano, como fazemos neste momento. Já é este um gesto de análise, uma vez que neste referencial teoria e análise caminham juntas também elencando os discursos do sujeito comum (Orlandi, 2007).

Para trilharmos um pouco mais da trajetória que culmina na crença no sucesso individual faz-se necessário lembrar que no século XVIII constrói-se uma racionalidade para a felicidade, inclusive calculando-a em fórmulas. No século XIX, por sua vez, acredita-se que esta decorre do progresso técnico e do sacrifício individual em nome da coletividade; e, por fim, o século XX projeta a felicidade na máquina, como faz o romancista Morgan Forster (Minois, 2011).

Ocorre que, na aparente linearidade há incertezas, que decorrem da conjuntura histórica, em que grande parte dos países sequer atinge um dado nível de Estado de bem-estar social ao longo do século XX. Ademais, na passagem para o século XXI, há uma formatação individualizada das demandas dos trabalhadores por este bem-estar, que converge para aconselhamentos e orientações de carreira feitas sob tutela dos Ministérios do Trabalho mundo afora (Beck, 2011).

A convergência da crise entre lutas de trabalhadores, crise da relação entre qualidade educacional, empregabilidade e bem-estar social se alinha ao que Beck (2011) denomina de paradigma do risco. Para Beck (2011, p. 223): “[...] A educação perdeu seu “futuro inerente”, sua capacidade de oferecer indicações que pudessem apontar o caminho profissional”. Para o autor, somente uma discussão pedagógica de valor sociopolítico sobre este paradoxo, entre a insuficiência dos certificados e ao mesmo tempo sua necessidade mais premente, recuperaria o debate a propósito de um campo educacional.

Muitas vezes, tentar driblar a precarização e estes riscos em nome de um bem-estar incorre no aprofundamento do mal-estar atual, intensificando a desproporção entre sucesso e fracasso individual, este último inclusive creditado às incompetências na formação acadêmica (Souza, 2006); assim, o trabalhador se frustra, perde laços sociais, padece e adoece. Nas próximas seções, debateremos quais condições de produção social e econômica apareceram para sustentar a crença em uma Educação Financeira como suposto contorno a esta crise; do ponto de vista da AD, esta questão pode ser lida conforme a relação entre interpelação ideológica e o lugar do sujeito do discurso.

As condições de produção dos discursos sobre educação financeira

A partir da conjuntura aqui explicada (Antunes; Alves, 2004; Minois, 2011; Beck, 2011), um modelo ideal de trabalhador passa a ser o de empreendedor. Trata-se de um tipo de interpelação ideológica. Ou seja, conforme Pêcheux (1993), um lugar sujeito a uma evidência de que ocupa um lugar pelo impedimento da possibilidade de ocupar outro lugar.

Esta modelagem depende de um processo educacional. Conforme a engrenagem discursiva desta interpelação ideológica, ninguém nasce trabalhador ou empreendedor, mas aprende a tornar-se. Como se nota, é o atendimento a uma expectativa, que ratifica o

ideal no capitalismo contemporâneo de escolha de opções profissionais, ao mesmo tempo que tenta apagar que a interpelação (a autorização para falar de um lugar em detrimento de outro) não permite ao sujeito a mudança da super-estrutura econômica a que está assujeitado.

Por conta disso, a consolidação desta evidência conta com um imbricamento de ações, propostas, nomenclaturas. O processo de significação que sustenta esta evidência dos sentidos de “Educação Financeira” é linearizado em cadeias de significantes, no sentido lacaniano (Lacan, 1998) da inversão do algoritmo saussuriano e da assunção do sujeito entre significantes e sua designação ao outro (da interlocução) e ao Outro (da alteridade). Este lugar da alteridade apresenta-se, na atual conjuntura, como uma fabricação do Outro; no caso, há um “modo de ser” preconizado pela Educação Financeira que, no sentido psicanalítico, supõe um ideal de “eu” a ser perseguido; e a ser alcançado pelo mérito individual do empreendedor de sucesso.

No cotidiano, circulam panfletos, propostas de curso de empreendedorismo, materiais didáticos e de formação voltados à Educação Financeira. Veiculam-se ainda as rubricas do Estado em suas relações promíscuas com os interesses das organizações do setor privado e do terceiro setor, em uma convergência de ataques de natureza vária às Políticas Públicas em Educação. Isto porque impõem o imperativo do mérito individual em um espectro de bem-estar social sequer contemplado por maior parte da população.

É possível analisar o lugar do sujeito do discurso nesta rede de sentidos. Por isso, adiantamos que este artigo debate estas questões a partir da análise de um *corpus* formado por parte da legislação atual sobre Educação Financeira, duas cartilhas do SEBRAE (Pereira, 2013; Silva, 2013) e diretrizes de entidades autodenominadas liberais.

Em período recente, mais especificamente a partir das táticas neoliberais aquecidas com o tratado de *Breton Woods* e, sobretudo no período pós-Tatcher, o chamado “Estado mínimo” (aliado ao enxugamento dos “gastos públicos”) tomou o cenário global, por meio de propostas governamentais e ações de grupos civis organizados (Oliveira, 2000; Bueno, 2003).

Esta estratégia mais macroestrutural, todavia, não é suficiente para a continuidade do processo de consolidação do Capital financeiro. Há uma capilaridade complexa e sutil, cujo desafio é se apresentar como evidente ao sujeito comum. Neste ponto, este artigo torna-se relevante porque mostraremos adiante de que modo uma engrenagem de “preparação profissional pessoal” (expressão nossa) é mobilizada para esta consolidação.

Tal engrenagem deve contar com os acúmulos de formação acadêmica, os imperativos dos *networkings*, a reinvenção curricular, que dariam conta do alcance de um bem-estar; agora um *bem-estar* individual, suplente da derrocada do Estado de bem-estar social. Portanto, do ponto de vista moral, há uma aliança entre um modelo de sujeito voltado para a felicidade trazida pelo sucesso individual financeiro e o papel das condições de produção da fabricação de uma crença coletiva no valor da Educação Financeira, invariavelmente, vinculada ao empreendedorismo.

Ocorre que este mundo “atenado” aos anseios do “novo trabalhador” (expressões nossas) traz consigo, ao mesmo tempo que disfarça “modos de ser da precarização” (Antunes, 2020, p. 160), aliados à degradação das condições de vida da classe trabalhadora; de modo que principalmente no setor privado é imposto um paradigma de “qualidade total” (Bueno, 2003) totalitário e centrado na defesa, no caso da Educação, do papel do gerente-educador.

Este paradigma preconiza que a imagem de progresso e liberdade somente pode se atrelar ao projeto neoliberal, que inclui: educação tecnicista, *marketing* das instituições, capacidade de autogestão, sucesso de líderes cada vez mais engessados na voz autoritária. A paranoia com excesso de gastos, e a busca acelerada por sua otimização exige um processo linear que não admite imprevistos, adoecimento ou outros dramas humanos, mas que impõe de forma frenética capacitação técnica, inclusão digital, cursos preparatórios, treinamento para tomada de decisão correta, responsabilidade social e sustentabilidade. Para disfarçar esse excesso de racionalidade e dar uma cara mais humanizada a este processo, passam a ser admitidos e recomendados cursos de inteligência emocional, de espiritualidade, autoajuda, contato com personalidades que transformariam qualquer debate em um espetáculo e qualquer trabalhador comum em um empresário de sucesso (Bueno, 2003).

É neste paradigma que se inserem Políticas Públicas como a ENEF instalada a partir de 2010. Cunha (2020) elucida que a implantação da ENEF é pouco clara e foi elaborada sem participação de entidades da sociedade civil, convergindo para uma homogeneização e centralidade de processos formativos do universo financeiro nas escolas mundo afora sem participação das comunidades escolares e com apoio de órgãos como a OCDE. A autora conclui que as pretensões de tornar a Educação Financeira Política de Estado mundo afora tornam pouco claros os modos pelos quais estes mesmos organismos apresentam soluções.

Propagandear a como possível saída para o endividamento dos trabalhadores brasileiros, por exemplo, é um processo analisado por sua vez, por Ribeiro e Lara (2016) e Ribeiro (2020), ao abordá-la com uma das estratégias inovadoras do capital financeiro para conter riscos. A Educação Financeira decorre, para estes autores, da versatilidade alcançada entre 1990 e 2000 pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN) que instalou a financeirização da vida cotidiana disseminada pelo acesso ao crédito e o rentismo; e se pauta por medidores como o Relatório de Estabilidade Financeira (REF) de periodicidade semestral.

Este cenário também inclui ações análogas em diversos outros países. Uma revisão de literatura sobre este campo realizada no *google scholar* revelou-nos que há uma predominância de estudos de cunho quantitativista e a-históricos tentando comprovar uma suposta eficácia da Educação Financeira e sua necessidade como plano estatal e empresarial (Luedtke; Urban, 2023; Kaweesa *et al.*, 2024; Clercq, 2025); com exceções para estudos que problematizam questões relacionadas ao bem-estar do trabalhador e a conjuntura atual (Guerini; Masciandaro, 2023; Mazzi *et al.*, 2024).

No cenário nacional, há uma lacuna no que se refere aos estudos mais recentes que se preocupam em esmiuçar o embate sociopolítico mais amplo acerca de uma Educação Financeira, naturalizada como estratégia necessária ao país. Há estudos que defendem que ações educacionais podem ser antecipatórias, posto que preveniriam impactos na saúde mental e diminuiriam o individualismo (Rodrigues *et al.*, 2024); ou que procuram ouvir as experiências de estudantes jovens e adultos com finanças, mas incorrem em certo reducionismo da questão posto que repetem o viés da conscientização individual e ignoram a rede de sentidos mais ampla e determinante do processo educacional. Somente o estudo de Souza e Gawryszewski (2024) chama a atenção para o substrato ideológico, em uma perspectiva semelhante à deste artigo; no caso, os autores enfatizam as intervenções da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Ressaltamos que para a AD a revisão de literatura não é decisiva para a análise do *corpus* apresentado, pois sua inserção no paradigma indiciário valoriza a particularidade da interpretação do analista e uma topologia do sujeito (Tfouni; Pereira, 2018); todavia, a apresentação destes estudos, escolhidos conforme a incidência nos últimos três anos e a aparição em diferentes países, confirma a dimensão das questões compartilhadas nesta época de capitalismo financeiro globalizado.

Esta reflexão sobre precarização do trabalho (Antunes, 2020), sociedade do risco (Beck, 2011) e qualidade total na educação (Bueno, 2003) nos levou à análise da contingência subjacente à lógica político e ideológica da aposta em uma Educação Financeira. Isto porque o trabalhador comum não se dá conta da opacidade ideológica e discursiva desse processo.

Opacidade ideológica e discursiva

Para analisarmos a opacidade ideológica deste projeto político subjacente à Educação Financeira consideramos que não há linguagem sem sujeito, nem sujeito sem ideologia (Pêcheux, 1993).

Mesmo entre grupos que reivindicam o título de apolíticos, suas estratégias não são neutras e fazem parte de uma rede de sentidos em que a conjuntura acima destacada é determinante. Há um campo de condições de produção desta rede de sentidos sobre Educação Financeira que percorre uma engrenagem de organizações.

No Brasil, a Fundação Lemann, Instituto Millenium, Movimento Renova Brasil, Movimento Brasil Livre e várias outras organizações tentam interferir nas Políticas Públicas em Educação como se suas propostas decorrentes de suas leituras (interpretações) de diversas pautas estivessem naturalmente integradas a um Projeto consensual de Estado-nação (Brito; Marins, 2020).

Este consistente arquivo subterrâneo (Pêcheux, 2014) compõe modos de ler a realidade e se articula em um *modus operandi* que pode ser analisado como parte de um processo histórico-discursivo de um modelo educacional financista.

Acresce-se a isto o fato de que na nossa sociedade há uma hierarquia que qualifica e classifica os modos de ser. A exemplo, o padrão individualista de recriação de um código moral próprio, de um indivíduo ou de um grupo em seu entorno, intensifica-se e é propalado exaustivamente como expressão do sucesso individual. A exemplo, podemos lembrar do extremo sucesso financeiro de Kanye West, que criou o próprio dispositivo (chamado *Donda Stem player*) de formatação e divulgação de suas músicas (Lima, 2021) e tantos outros, que passam pela fama dos *influencers* e de engajamentos ultra individualistas.

Conforme Pêcheux (1993), os processos de evidência ideológica não separam ciência (e incluímos o processo educacional) e ideologia; mas ao sujeito resta que “[...] é

“evidente” que eu sou a única pessoa que poderia dizer “eu” ao falar de mim mesmo” (Pêcheux, 1993, p. 155). E esta forma de falar de si, em um mundo bipartido do trabalho, fragmentado e em risco (Beck, 2011) decorre de um refúgio organizado por uma rede de sentidos sobre empreendedorismo e Educação Financeira que mascara fazer parte de um processo de significação opaco e ideológico; que conta com vozes disseminadas no senso comum, como: “a escola precisa de educação financeira”, precisa “ensinar a empreender”, “ensinar a correr atrás”.

Do ponto de vista das formações ideológicas dominantes (Pêcheux, 1993), uma Educação Financeira se faz necessária porque garante o atendimento a estas demandas já antepostas no imaginário comum.

Então, do ponto de vista da tentativa eficaz do paradigma da qualidade total (Bueno, 2003) esgarçar a relação entre Políticas Públicas e Educação, impor a Educação Financeira é um modo de garantir que seria evidente que o sujeito somente contorna o risco e o mal-estar atual (Beck, 2011), prospera e alcança a felicidade se submetido ao empreendimento individual. Trata-se de uma formulação universal que uniria todos os sujeitos em torno de um ideal comum aplicável em todos os universos possíveis.

No cenário nacional, esta rede de sentidos também conta com o aparato legal do Estado, com destaque para o decreto número 7397, de 22 de dezembro de 2010, que instituiu a ENEF (Brasil, 2010). Posteriormente, foi revogado pelo decreto 10393, de 9 de junho de 2020, que instituiu a nova ENEF (Brasil, 2020) e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FNEF). Talvez o que mais chame a atenção nesta revogação seja a possibilidade de convidar representantes de “instituições privadas e de organizações da sociedade”, como aparece no § 4º, artigo 3º., do decreto 10393, de 9/6/2020 (Brasil, 2020), como notória mudança em relação ao decreto anterior, ou seja, como aparecia no § 4º, artigo 5º., do decreto 7397, de 22/12/2010 (Brasil, 2010), já que o decreto anterior subordinava estes convites a seu regimento interno.

Como se nota, o campo das proposições legislativas aparece na rede de sentidos, que adiante será analisada conforme um *corpus* também formado pela análise do material elaborado pelo SEBRAE.

Método: formação do *corpus*

O *corpus* aqui analisado foi formado, após consultas iniciais à legislação e aos sites das entidades que participam da defesa da ENEF (Fernandes, 2021), o que inclui orientações para educação financeira divulgadas pelo portal “nova escola” (Nova escola, 2021); cartilhas do SEBRAE (Pereira, 2013) e SEBRAE-BA (Silva, 2013); e a proposição de organizações da sociedade civil como do Instituto Millenium (Millenium, 2021).

Em AD, não se estabelece previamente uma amostra ou um número destes materiais para uma averiguação. O analista de discurso (pesquisador) pontua formulações e suas tensões na disputa pelos objetos de sentido, de modo a recortar sentidos que remetem aos aspectos sócio-políticos e históricos dos enunciados (Orlandi, 2007).

Nas páginas consultadas, como se nota, o portal “nova escola” (Nova escola, 2021) disponibiliza ferramentas virtuais para planejamento de aulas, materiais didáticos e cursos com certificação própria, em um modelo “pegar e levar”, fazendo lembrar os *fast foods*. Por analogia, poderíamos chamar de uma espécie de *fast education* que ratifica o modo de vida parafraseado por enunciados comuns como *self made man, do it yourself, just do it*; agora aplicados no campo educacional.

O Instituto Millenium (Millenium, 2021), por sua vez, apresenta em sua página um título tal como uma manchete jornalística e promete contribuir para gerar riquezas. Como subtítulo desse enunciado, lê-se: “entenda!”. O uso do imperativo indicia o discurso pedagógico autoritário (Orlandi, 1987) e significa em outro lugar do sentido; a alusão é ao verbo “ser”. No caso, entender permite “ser educado financeiramente”, “ser empreendedor”; “ser bem-sucedido”. A chamada parafraseia enunciados cujo aporte histórico é o da promessa de felicidade que vigora pós século XX (Minois, 2011).

A partir do contato com esta materialidade, o método de análise deste *corpus* conta com a noção de interpretação de “dados discursivos” (Orlandi, 2007), por meio da qual foram organizadas e analisadas sequências discursivas (doravante, SDs), conforme Courtine (2014), interpretadas conforme a análise indiciária contraposta à análise de conteúdo (Pereira, 2025).

Recortar sentidos em circulação sobre educação e empreendedorismo na atual conjuntura requer analisar sentidos sobre uma evidência ideológica que alinha “ensino”, “trabalho”, “emprego”, “mercado de trabalho”, “iniciativa individual”, “capacitação”, “mérito” e tantos outros significantes já antepostos no imaginário comum, acrescidos de

um valor sociopolítico que fazem funcionar discursos e modos de ler (interpretar) a realidade.

Este caminho interpretativo decorre do levantamento de hipóteses que o analista (pesquisador) tece a partir de indícios (Ginzburg, 1989) com os quais dialoga à medida que interpreta a materialidade do *corpus* sobre uma dada questão. O tratamento dos indícios tem caráter venatório, ou seja, leva o caminho de busca por “dados” em movimento de retroação às pistas que antecedem o marco decisivo da questão inicial. Isto demonstra que nesta proposta metodológica o analista (pesquisador) articula teoria e análise a todo momento em sua pesquisa.

De modo que as condições de produção, ou seja, os enunciados explícitos e implícitos, que emergem e que tornaram possível a crença na evidência promissora de uma Educação Financeira, são analisados conforme uma alteridade que o analista (pesquisador) recupera somente em parte. Isto porque:

Discursivamente, não há nem um sujeito-absoluto, auto-suficiente, nem um sujeito-complemento, inteiramente determinado pelo fora. Esse espaço da subjetividade na linguagem é um lugar tenso onde jogam os mecanismos discursivos da relação com a alteridade (Orlandi, 1997, p. 80).

Sendo assim, os gestos de interpretação de análise aqui apresentados se situam nesta tensão com o Outro que requer do sujeito bem-estar, contorno da precariedade e dos riscos (Beck, 2011), mas submetido ao paradigma da qualidade total (Bueno, 2003).

Resultados: análise do *corpus*

Ao darmos sequência aos pontos elencados em nossa revisão teórica, analisamos SDs retiradas dos sites mencionados, a saber:

SD1 - A Nova Escola, em parceria com o Instituto XP, está lançando o Educação Financeira Transforma, uma iniciativa criada para apoiar professores no ensino de Educação Financeira. Nossa onda de transformação começa com uma LIVE de lançamento onde vamos conversar sobre a origem do dinheiro e a importância de controlar o orçamento familiar. A segunda LIVE trata de consumo consciente na sociedade. A Educação Financeira é fundamental para aprender jeitos mais inteligentes e sensatos de usar os recursos disponíveis, desde o dinheiro até os recursos naturais. E a terceira LIVE é sobre planejamento financeiro. Quando alguém se organiza e se planeja fica muito mais fácil realizar o que deseja. Por isso, a Educação Financeira é sobre pensar a

longo prazo, com um olho no dia a dia e outro no futuro. Confira a data, faça sua inscrição e venha participar desta onda de transformação. (Nova escola, 2021)

Notemos o encadeamento entre “conversar sobre a origem do dinheiro”, “aprender jeitos mais inteligentes”, “planejamento financeiro” e “onda de transformação”. Há uma linearidade prometida que vai na contramão dos riscos e incertezas do mundo atual (Beck, 2011). As etapas de cumprimento desta linha de produção (de ensinamentos) cujo produto é a transformação pessoal (como vemos em “onda de transformação”) também é cooptada pelo discurso pedagógico, de formato prescritivo (Orlandi, 1987).

A repetição do pronome reflexivo “se” ratifica este apelo individual pelo qual o sujeito é interpelado, ignorando a complexidade sócio-histórica do mundo do trabalho. A lógica operada pelo sentido dominante de meritocracia individual naturaliza o sentido de que bastaria “aprender jeitos mais inteligentes e sensatos”, tais como os professados pela parceria com o “Instituto XP”.

A partir da análise desta primeira SD, pistas nos indicaram que o SEBRAE disponibiliza material didático destinado à abertura de microempresas e à Educação Financeira. Optamos nas duas próximas sequências, todavia, por analisar o material mais específico para iniciativas individuais por se aproximar da discussão aqui mobilizada. A SD2 foi retirada da cartilha do SEBRAE/CE (Pereira, 2013):

SD2 – Portanto, aspectos relacionados a uma saudável Gestão de Finanças Pessoais, tais como orçamento financeiro, consumo consciente, dívidas ou investimentos, serão apresentados nesta cartilha, além de uma abordagem sobre a Gestão de Pequenos Negócios e a relação dos bons resultados com a educação financeira. Normalmente, pessoas organizadas e conscientes da necessidade de manter sob controle suas finanças pessoais são bons gestores empresariais. O comportamento pessoal reflete, positivamente, nos resultados das empresas (Pereira, 2013, p. 9).

Na SD2, é possível depreender uma formulação enunciativa a partir dos significantes: “saudável”; “normalmente”; “comportamento pessoal”; “empresa”. O sentido dominante de uma pessoa saudável porque boa gestora é naturalizado. Há uma marca do processo de significação com o uso do significante “normalmente”, que tanto pode se referir a habitualmente quanto ao que é da ordem de uma “norma”. O sentido aponta para uma normativa, para um ordenamento. Em suma, as pessoas saudáveis são as pessoas normais e estas últimas são aquelas que gerem seu comportamento pessoal,

tal como uma empresa. Está cooptação do sujeito comum como empresa já foi analisado por Cândido e Barbosa Silva (2022).

Este efeito circular, esta autorreferência da SD2 elimina qualquer furo interpretativo que possa resultar em contradição e logo, em debate, questionamento, problematização. Este encadeamento coopta o sentido dominante, a tese defendida pelo material a partir de uma evidência do sentido de que a pessoa normal é a gestora empresarial, organizada e consciente.

Não há espaço para aprofundamento neste artigo, mas o material também oferece uma lista de “modos de pensar e agir que diferenciam as pessoas ricas das outras pessoas” (Pereira, 2013, p. 23), na qual notamos a repetição da fórmula “como + verbo no infinitivo”, na linha do *know how*, de uma tecnologia (veiculadas em menções de “como ganhar, como elaborar, como desvincular”). Esta repetição está presente no material do SEBRAE/CE (Pereira, 2013), e no SEBRAE/BA (Silva, 2013) em formulações discursivas, no seguinte formato: “como utilizar, como evitar, como gerenciar”.

Não vamos apresentar a longa lista dos usos desta formulação “como + verbo no infinitivo”; mas vale registrar que se aproximam de títulos de livros de autoajuda, que por sua vez também circulam como discursos e constroem um lugar para o sujeito (Chiaretti, 2013); a saber: “como saber onde estou gastando?” (Silva, 2013 p.7); “como avaliar uma fonte dos recursos para concretizar a compra” (Silva, 2013 p.11); “como elaborar um plano de ação” (Silva, 2013 p.17).

O material do SEBRAE/BA arremata, ao final: “como está o meu relacionamento bancário? Você tem um banco para chamar de “SEU”? Pois é! [...] As instituições bancárias oferecem bons créditos a quem oferece credibilidade através do bom relacionamento” (Silva, 2013, p.18).

Há um efeito de naturalização do sentido de que pessoas se relacionam com coisas. A relação com coisas e não com pessoas é parte de um processo de fetichização; trata-se de tema caro ao materialismo histórico, tal como recuperado pela AD (Tfouni, 2003).

As coisas, no caso, apresentam-se no formato de créditos disponibilizados por instituições bancárias, por uma naturalização fomentada pela ilusão de significação de que “meu relacionamento” é garantido por um banco para chamar de “seu”. Fica para o interlocutor fazer o giro de “seu” para “meu” banco. Ademais, o efeito genérico do marcador “você” também é análogo aos mecanismos de discursos de autoajuda. Ao final, é lembrado que essas relações são perpassadas por “créditos”; no plano do não dito,

apaga-se o valor do crédito financeiro para fomentar a ilusão de que bastaria “credibilidade através do bom relacionamento” (Silva, 2013, p. 18).

Neste caminho, não há lugar para o sujeito do discurso em sua singularidade; no lugar disso, há uma repetição de formulações linguísticas prontas, vazias de sentido. A prescrição do discurso pedagógico (Orlandi, 1987), vista na SD1, também aparece na SD3, extraída da cartilha do SEBRAE/BA:

SD3 – Um bom orçamento familiar é o primeiro passo no processo da educação financeira. Possibilita tirar proveito do momento econômico e político, gerar a satisfação pessoal, promover equilíbrio e controle, enfim, assumir um projeto de vida. Projetos de vida: a casa própria, investir em educação, a viagem dos sonhos (Silva, 2013, p. 7)

Anteposto ao lugar que o sujeito possa ocupar, está a pré-condição de “um bom orçamento familiar”. O que seria bom/mau orçamento? E quem não o acessa por conta da precarização do trabalho? Desta premissa podemos extrair que “se é somente X” pode significar se, e somente se, o sujeito tiver “bom orçamento familiar”, para poder “tirar proveito do momento econômico, gerar satisfação pessoal, [...] assumir um projeto de vida”.

Ou seja, o significante “orçamento familiar” com o qual toda a cadeia de significantes retroage já antevê um lugar dicotômico para o sujeito “ou assume ou não assume um projeto de vida” (expressão nossa). O sujeito já é de antemão, redentor ou culpado por um orçamento familiar considerado “bom”. Somado a isto, “tirar proveito” tenta apagar as incertezas da sociedade do risco (Beck, 2011).

O artigo indefinido “um” indica poder ser “um” projeto qualquer, mas na contramão, há uma universalidade do processo de alcance deste projeto que alcançaria a “casa própria”, passaria pela “educação” e chegaria na “viagem dos sonhos”. Novamente, temos o discurso pedagógico autoritário (Orlandi, 1987) e sua prescrição. A padronização do sonho mais particular da “viagem dos sonhos” impõe um padrão universal de sujeito, na linha da fabricação do “bom sujeito” (Tfouni; Tfouni, 2014).

Chegamos à SD4 por meio do *link* já indicado em nota mais acima ao debatermos o papel do Instituto Millenium.

SD4 - Já se perguntou sobre a importância de entender, ao menos o básico, sobre educação financeira? Além de decisões mais conscientes para a saúde do próprio bolso, esse conhecimento individual pode trazer grandes resultados macro econômicos. (Millenium, 2022)

O ordenamento enunciativo da SD4 estabelece que o “conhecimento individual (que retoma ‘ao menos o básico’)” promove “decisões mais conscientes” e “grandes resultados macroeconômicos”. Nota-se que o peso da forma individual do sujeito do discurso apaga o papel do sistema financeiro e do Estado. Que sujeito é este sobre o qual pesa a “saúde do próprio bolso” e com isso sustenta os “grandes resultados macroeconômicos”?

O processo de significação em questão organiza uma linearidade que assevera que basta buscar por mérito individual que se alcança prosperidade por meio da Educação Financeira. Vale registrar que basta um aceno na *internet* para se constatar que a felicidade vem sendo propagandeada por meio de cursos inclusive em Universidades mundo afora, o que pode nos levar a um debate sobre sintoma e mal-estar também nos espaços de construção do conhecimento acadêmico.

De volta à DS4, o interlocutor não é convidado a estranhar a evidência de sentido de significantes como “cidadania” e “direito”, por meio da problematização de questões tão atuais como a precarização do trabalho e os riscos da sociedade atual. Estas não são mencionadas.

Sendo assim, uma educação pelas finanças tal como aparece nestas SDs demanda apagar todas estas condições de produção e culpar o sujeito comum pela situação financeira por não ser responsável o suficiente. O tipo de consciência social ali demandada poderia ser entendido como a demanda por um tipo de servidão, de obediência e não como parte de um processo problematizador de natureza ética e sociopolítica a ser alcançado pela Educação.

Filiando-se ao paradigma da qualidade total na educação, estas SDs mantêm a circulação de discursos que ratificam uma premissa de:

[...] *cliente* da escola, instituição também harmônica, à qual cabe atender, de forma flexível, e, portanto, moderna, ao *cliente-aluno*, que dela espera a satisfação de suas necessidades, as quais se resumem a uma formação profissional que o torne competitivo no mercado de trabalho. O *cliente-aluno* também é *cidadão*, o que significa ser trabalhador e consumidor, preparado para a convivência democrática. Da educação para a democracia espera-se a entrega sem reservas às demandas do mercado, de forma *flexível e responsável* (Bueno, 2003, p.145).

Então, não basta mais a escola instituída e formalizada pelos muros, há escolas fora desta escola, como a escola do mercado pela Educação Financeira, que aparece no

cotidiano pulverizada em uma rede de sentidos que passam pela capilaridade de legisladores municipais, filiados ao projeto estatal da ENEF, pelas cartilhas e cursos do SEBRAE e demais organizações autodenominadas liberais.

Esta pesquisa apresenta uma leitura possível das questões debatidas. Outra opção de continuidade de pesquisa seria aprofundar as heranças históricas, tais como as alianças do complexo IPES/IBAD (Pastore, 2012) ou de grupos *Think Tanks* mais atuais, com vistas a conhecer melhor interferências da presença de interesses privados e corporativos nas Políticas Públicas em Educação.

Considerações Finais

Como mostramos, a opacidade ideológica e discursiva da rede de sentidos aqui analisada é eficaz porque o sentido dominante de normatização, que inclui ordenamento prescrito e de um tipo de controle da contingência (com ilusão de causa e consequências previsíveis), retroage nos discursos de defesa da Educação Financeira. Este ordenamento não admite um sujeito dividido, que estranha o modo de vida atual; isto porque não admite o estranhamento do sentido que lhe impõe um sujeito ideal (consciente, obediente) ao mercado e às finanças.

A análise aqui apresentada permite concluir que a Educação Financeira não é uma tábua de salvação para o sujeito comum na sociedade do risco (Beck, 2011), sujeito este também interpelado pelo paradigma da qualidade total (Bueno, 2003).

Isto porque o mal-estar atual da relação com o trabalho precarizado, ao ratificar um modelo de sujeito ultra individualista ratifica e acentua esgarçamentos dos laços sociais, dos quais resultam o visível adoecimento em massa. Nesta esteira, a participação de membros da sociedade civil que alertem para este adoecimento se faz urgente como estratégia de resistência à interpelação ideológica promovida pela Educação Financeira.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade** [online], v. 25, n. 87, pp. 335-351. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200003>.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 2ª.ed. São Paulo/SP: editora 34. 2011.

BRASIL. **Decreto no. 7397**, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm acesso em: 6nov.2025.

BRASIL. **Decreto no. 10393**, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10393.htm acesso em: 6nov.2025.

BRASIL. **Portaria MEC no. 502**, de 7 de julho de 2025. Institui o Programa Na Ponta do Lápis no âmbito do Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-502-de-7-de-julho-de-2025-640774533> acesso em: 3 dez 2025.

BRITO, Silvia Helena Andrade de; MARINS, Guilherme Afonso Monteiro de. Fundação Lemann e o Programa de Inovação Educação Conectada: em pauta as relações entre público e privado no campo das políticas educacionais. **Educar em Revista** [online]. v. 36. 2020. doi: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.77558>. Acesso em 4/7/2022.

BUENO, Synésio Ferraz. **Pedagogia sem sujeito: qualidade total e neoliberalismo na educação**. São Paulo/SP: Annablume/FAPESP. 2003.

CÂNDIDO, Danielle; BARBOSA SILVA, Samuel. O discurso da educação empreendedora e o efeito de metamorfose do sujeito em “empresa”. **Revista Leitura**, [S. l.], n. 72, p. 78–94, 2022. DOI: 10.28998/2317-9945.202272.78-94. Disponível em: <https://ufal.emnuvens.com.br/revistaleitura/article/view/13213>. Acesso em: 3 dez. 2025.

CHIARETTI, Paula. **Subjetividade em discursos de livros de autoajuda**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências. Área: Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002404491> acesso em: 6nov.2025.

CLERCQ, Bernardene De. The South African financial education ecosystem. **Journal of Financial Regulation and Compliance**. 2025. Disponível em: <https://www.emerald.com/jfrc/article/doi/10.1108/JFRC-05-2025-0130/1301427> acesso em: 6 nov. 2025.

COURTINE, Jean Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos/SP: Edufscar, 2014.

CUNHA, Márcia Pereira. O MERCADO FINANCEIRO CHEGA À SALA DE AULA: EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL. **Educação & Sociedade** [online], v. 41. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.218463>

FERNANDES, Viviane. DA EDUCAÇÃO AO EMPURRÃO: A PARTICIPAÇÃO DAS CIÊNCIAS COMPORTAMENTAIS EM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Sociologia & Antropologia** [online], v. 11, n. 1, pp. 307-322. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11112>.

GUERINI, Carolina; MASCIANDARO, Donato. Financial education between market and state: private commitment, conflicts of interest and public certification. **Working paper**, 213, 2023. Disponível em: <https://repec.unibocconi.it/baffic/baf/papers/cbafwp23213.pdf> acesso em: 6 nov. 2025.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História**. São Paulo/SP: Cia das Letras, 1989.

KAWEESA, Yusuf; ROSMANN, Romzie; YUSOFF, Syarah. Examining the Trend of the Research on Islamic Financial Literacy from 2016-2023: A Bibliometric Review. **Journal of Islamic Finance**, Vol. 13 No. 1 (2024) 70-90. Disponível em: <https://journals.iium.edu.my/iiibf-journal/index.php/jif/article/view/886> acesso em: 6 nov. 2025.

LACAN, Jean Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LIMA, Edson Kaique. Donda Stem Player: o que é e o que faz o novo dispositivo de Kanye West. **Revista online olhar digital**, 2021. Disponível: <https://olhardigital.com.br/2021/08/27/reviews/donda-stem-player-o-que-e-e-o-que-faz-o-novo-dispositivo-de-kanye-west/>. Acesso em: 6 nov. 2025.

LUEDTKE, Allison Oldham; URBAN, Carly. High school financial education courses in the United States.: What is the importance of setting state policies? **Journal of Financial Literacy and Wellbeing** v.3, n.1, 2023, 431-449. DOI: <https://doi.org/10.1017/flw.2024.1>

MAZZI, Lucas Carato; HARTMANN, Andre Luis Berres; PESSOA, Cristiane Azevedo dos Santos. Educação Financeira e Justiça Social: reflexões no âmbito da Educação Matemática. **Bolema**, Rio Claro (SP), v. 38, e240044, 2024. <https://doi.org/10.1590/1980-4415v38a240044>

MEC. Educação financeira nas escolas: ensino médio – livro do professor. Brasília: Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), 2013. Disponível em: <https://gmw.investidor.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/EM-Livro1-VoceAquiAgora.pdf> acesso em: 6 nov. 2025.

MEC apoia inserção da temática educação financeira no currículo da educação básica. **Portal do Mec**. Todas as notícias, 21/2/2016. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/34351-mec-apoia-insercao-da-tematica-educacao-financeira-no-curriculo-da-educacao-basica> acesso em: 6 nov. 2025.

MILLENIUM. Educação financeira contribui para a geração de riquezas. Entenda! **Comunicação Millenium**. Institutomillennium.org.br, 2021. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/educacao-financeira-contribui-para-a-geracao-de-riquezas-entenda/>. Acesso em: 6 nov. 2025.

MINOIS, George. **A Idade de ouro: história da busca da felicidade**. São Paulo/SP: Edunesp, 2011.

NOVA ESCOLA. Que tal aprender novos jeitos de levar Educação Financeira para a sala de aula? Inscreva-se nas LIVES do Educação Financeira Transforma. **Cursos nova Escola**. 28/10/2021. Disponível em: <https://cursos.novaescola.org.br/cadastro-transmissoes/6> acesso em: 6nov.2025.

OLIVEIRA, Dalila. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: EdUnicamp, 1997.

ORLANDI, Eni. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Pontes, 2007.

PASTORE, Bruna. Complexo IPES/IBAD, 44 anos depois: Instituto Millenium? **Revista Aurora**, Marília, v.5, n.2, p. 57-80, 2012. DOI: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2012.v5n2.2351>

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed da Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In E. ORLANDI [et al]. **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas/SP: edunicamp. 2014, pp. 57-69.

PEREIRA, Flaviana Ferreira. Educação financeira e gestão de pequenos negócios. Fortaleza/CE: **SEBRAE/CE**, 2013, 44p. disponível em: [https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/CE/Anexos/CARTILHA_Gest%C3%A3o_Financeira_\[para_leitura\].pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/CE/Anexos/CARTILHA_Gest%C3%A3o_Financeira_[para_leitura].pdf), acesso 6nov.2025.

PEREIRA, Anderson de Carvalho. Abordagem qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: análise de conteúdo, paradigma indiciário e análise discursiva . **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, [S. l.], v. 46, n. 1, p. 131–143, 2025. DOI: 10.5433/1679-0383.2025.v46.53542. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/53542> Acesso em: 2 fev. 2026.

RIBEIRO, Cristina Tauaf. Agenda em políticas públicas: a estratégia de educação financeira no Brasil à luz do modelo de múltiplos fluxos. **Cadernos EBAPE.BR** [online]. 2020, v. 18, n. 3, pp. 486-497. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395120190038>.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes; LARA, Ricardo. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2016, n. 126 [Acessado 6 julho 2022], pp. 340-359. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.072>.

RODRIGUES, André; FREITAS, Cláudia Regina de; FREITAS, Cláudio Luiz. de. Educação financeira para jovens e adultos: um estudo sobre conhecimento, endividamento e impacto psicossocial. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 15, n. 10, p. e4353, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i10.4353. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4353>. Acesso em: 2 dez. 2025.

SILVA, Marineuza Barbosa Lima e. Educação financeira para pessoa física. Salvador/BA: **SEBRAE**, 2013, 17p. Disponível em: <file:///C:/Users/Casa/Downloads/cartilha-educacao-financeira-pessoa-fisica.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2025.

SOUZA, Denise Trento Rebello de. Formação continuada de professores e fracasso escolar: problematizando o argumento da incompetência. **Educação e Pesquisa** [online]. 2006, v. 32, n. 3, pp. 477-492. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000300004>

SOUZA, Pâmella; GAWRYSZEWSKI, Bruno. Educação financeira e formação da subjetividade neoliberal: uma análise da Estratégia Nacional de Educação Financeira. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, [S. l.], v. 9, n. 14, p. e-918, 2024. DOI: 10.29404/rtps-v9i14.918. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/rtps/article/view/918>. Acesso em: 2 dez. 2025.

TFOUNI, Fabio Elias Verdiani. Memória e fetichização da mercadoria. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, 2003. DOI: 10.22456/2238-8915.30019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30019> Acesso em: 3 dez. 2025.

TFOUNI, Leda Verdiani; PEREIRA, Anderson Carvalho. Análise indiciária: uma topologia das singularidades. In.: L.V. TFOUNI; A.C. PEREIRA; N. MILANEZ (orgs.). **O paradigma indiciário e as modalidades de decifração nas ciências humanas**. São Carlos/SP: Edufscar, 2018, p.129-141.

TFOUNI, Fábio Elias Verdiani; TFOUNI, Leda Verdini. A mídia e a fabricação do "bom" sujeito. **Todas as Letras - Revista de Língua e Literatura**, [S. l.], v. 16, n. 1, 2014.

Licença: Copyright é retido pela autora (ou primeira co-autora) que outorga o direito da primeira publicação ao Jornal de Políticas Educacionais. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelas autoras e pelo periódico.